



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

1ª NOTIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 049/2026 – COMPRASGOV Nº 90049/2026 – SECOM – SEI Nº 0007.009187.00079/2025-18

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados, de forma indireta e contínua, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva nos postos de Agente de Portaria – diurno (escala 12x36) e Vigia noturno (escala 12x36), para atender às dependências da Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM e às demais unidades que integram o Sistema Público de Comunicação, na capital e no interior do Estado.

A **Divisão de Pregão – DIPREG** comunica aos interessados que o processo licitatório acima mencionado, com o Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial do Estado, nº 14.201, pág. 16; Jornal OPINIÃO, pág. 10, todos do dia 06/02/2026 e ainda nos sítios: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://licitacoes.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes>, com o fim de cumprir princípios intrínsecos como transparência e legalidade, **NOTIFICA**, conforme abaixo:

1. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÕES E NOTIFICAÇÃO:

1.1. ANÁLISE Nº 3/2026/SECOM - DICONLI

ASSUNTO: RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO

Em atenção às impugnações ao instrumento convocatório e aos pedidos de esclarecimento apresentados por interessados no certame, a Administração, por intermédio da Divisão de Contratos e Licitações, no exercício do dever de saneamento do procedimento, da autotutela administrativa e da observância aos princípios que regem as contratações públicas legalidade, isonomia, competitividade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, transparência e motivação, procede à análise das manifestações recebidas.

1. EMPRESA (A):

1.1. Prazo para início da execução dos serviços: Não identificamos no edital e/ou Termo de Referência a definição expressa do prazo para início da execução contratual após a assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviço. Dessa forma, solicitamos informar qual será o prazo estipulado para mobilização e início efetivo dos serviços.

1.1.1. RESPOSTA: Informa-se que a Administração possui previsão de início da execução contratual em abril de 2026, ocasião em que deverá ocorrer a emissão da Ordem de Serviço, conforme programação interna e disponibilidade orçamentária. Assim, a mobilização e o início efetivo dos serviços serão formalmente definidos e comunicados à contratada no ato de emissão da Ordem de Serviço, observada a necessidade administrativa e as condições pactuadas no instrumento contratual.

1.2. Disponibilização da planilha em formato editável: Com a finalidade de garantir a correta elaboração da proposta e evitar erros de preenchimento, solicitamos a disponibilização da planilha de formação de preços em formato editável (Excel).

1.2.1. RESPOSTA: Informa-se que o modelo da Planilha de Formação de Preços e as regras/metodologia de composição já se encontram disponibilizados no Termo de Referência, especialmente no item 16, que trata do tema de forma detalhada. Adicionalmente, o item 16.13.10 apresenta o modelo a ser observado, e o item 16.13.10.1 (Notas Explicativas da Planilha de Composição de Custo) descreve, passo a passo, o procedimento de preenchimento e cálculo. Dessa forma, a elaboração da proposta deverá seguir estritamente o modelo e as orientações constantes desses itens.

2. EMPRESA (B):

2.1. A Administração adotará retenção por conta vinculada ou por fato gerador?

2.1.1. RESPOSTA: Vide item 26 do Termo de Referência do Edital.

2.2. Existe alguma empresa executante atualmente? Se sim, qual o nome da empresa?

2.2.1. RESPOSTA: EFFORT SERVICOS EIRELI.

2.3. Qual a data de previsão do início do contrato?

2.3.1. RESPOSTA: Informa-se que a Administração possui previsão de início da execução contratual em abril de 2026, ocasião em que deverá ocorrer a emissão da Ordem de Serviço, conforme programação interna e disponibilidade orçamentária. Assim, a mobilização e o início efetivo dos serviços serão formalmente definidos e comunicados à contratada no ato de emissão da Ordem de Serviço, observada a necessidade administrativa e as condições pactuadas no instrumento contratual.

2.4. A contribuição sindical deverá ser cotada nos benefícios do empregado ou deve ser cotada em planilha nos custos indiretos?

2.4.1. RESPOSTA: Considerando que a Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que versem sobre matéria não trabalhista (art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133/2021), eventual encargo dessa natureza deverá ser suportado como ônus da empresa. Por fim, quanto às disposições do edital relativas aos custos vinculados ao objeto, aplica-se o disposto no item 16.13.10.1 do Termo de Referência.

2.5. O Plano de saúde será obrigatório cotar? Caso seja, devemos seguir o determinado em Convenção coletiva de trabalho?

2.5.1. RESPOSTA: Vide item 16.13.10.1. do Termo de Referência do Edital, Sub-módulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.6. Nos postos 12x36 horas, a intrajornada será usufruída ou indenizada? Caso seja usufruída, será obrigatório fazer a cobertura com outro empregado?

2.6.1. RESPOSTA: Vide item 16.13.10.1. do Termo de Referência do Edital, Sub-módulo 4.2 – Intra-jornada.

2.7. Nos postos 40 e 44 horas a intrajornada será usufruída ou indenizada? Caso seja usufruída, será obrigatório fazer a cobertura com outro empregado?

2.7.1. RESPOSTA: Informamos que o instrumento convocatório não contempla postos com jornada de 40 (quarenta) ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais, razão pela qual não se aplica ao certame a discussão acerca de intrajornada usufruída ou indenizada, tampouco sobre eventual necessidade de cobertura por outro empregado.

2.8. Nos postos 30 e 36 horas a intrajornada será usufruída ou indenizada? Caso seja usufruída, será obrigatório fazer a cobertura com outro empregado?

2.8.1. RESPOSTA: Informamos que o instrumento convocatório não contempla postos com jornada de 30 (trinta) ou 36 (trinta e seis) horas semanais, razão pela qual não se aplica ao certame a discussão acerca de intrajornada usufruída ou indenizada, tampouco sobre eventual necessidade de cobertura por outro empregado.

2.9. Existe previsão de adicional noturno considerando a hora reduzida (52min30s)?

2.9.1. RESPOSTA: Vide item 16.13.10.1. do Termo de Referência do Edital, Módulo 1 - Composição da Remuneração.

2.10. Precisamos cotar em planilha a hora noturna reduzida como extra?

2.10.1. RESPOSTA: Vide item 16.13.10.1. do Termo de Referência do Edital, Módulo 1 - Composição da Remuneração.

2.11. Quanto tempo será o intervalo intrajornada para refeição de 1 horas, 30 minutos ou cabe ao licitante definir?

2.11.1. RESPOSTA: Vide item 16.13.10.1. do Termo de Referência do Edital, Sub-módulo 4.2 – Intra-jornada.

2.12. É exigido preposto fixo nas dependências do contratante?

2.12.1. RESPOSTA: Vide item 30 do Termo de Referência do Edital.

2.13. **Há previsão de garantia de proposta? Qual valor ou percentual?**

2.13.1. **RESPOSTA:** Não.

2.14. **Os percentuais dos encargos sociais trazidos pelo edital/CCT poderão ser alterados, de acordo com a realidade do licitante?**

2.14.1. **RESPOSTA:** Conforme o item 16.13.10.1 do Termo de Referência, a planilha deverá observar os parâmetros e percentuais definidos no edital para cada módulo, inclusive bases de cálculo.

2.15. **Qual Convenção Coletiva foi utilizada como base para formação do valor estimado? Favor informar número de registro no M.T.E e o sindicato da categoria.**

2.15.1. **RESPOSTA:** Vide item 16.12 do Termo de Referência do Edital.

2.16. **A repactuação será concedida a partir do registro da nova CCT?**

2.16.1. **RESPOSTA:** Vide item 31.7 do Termo de Referência do Edital.

2.17. **A vistoria será obrigatória ou facultativa?**

2.17.1. **RESPOSTA:** Com o objetivo de permitir que a licitante conheça os locais de execução e avalie condições que possam influenciar a organização e dimensionamento da mão de obra, a licitante poderá realizar vistoria nas instalações, acompanhada por servidor designado, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 14h às 18h, mediante agendamento prévio junto à Diretoria de Administração e Finanças, na sede da SECOM (Rua Doutor Franco Ribeiro, nº 51, Centro, Rio Branco/AC).

2.17.2. A Visita Técnica não será obrigatória, mas a licitante que não efetuá-la, terá que apresentar Declaração formal assinada pelo responsável indicado pela licitante, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto e do local onde a mesma será executada, devendo esta declaração constar na documentação.

2.17.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

2.17.4. Para a vistoria, a licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

2.17.5. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e o grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto desta licitação.

2.18. **Quais uniformes devem ser fornecidos aos empregados?**

2.18.1. **RESPOSTA:** Vide item 22 do Termo de Referência do Edital.

2.19. **Quais equipamentos devem ser fornecidos?**

2.19.1. **RESPOSTA:** Vide item 22 do Termo de Referência do Edital.

2.20. **Caso tenha fornecimento de material de limpeza e higiene, o fornecimento vai ser por reembolso?**

2.20.1. **RESPOSTA:** O objeto do certame consiste na prestação de serviços terceirizados contínuos, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, exclusivamente nos postos de Agente de Portaria (12x36 – diurno) e Vigia Noturno (12x36). Assim, não há previsão de fornecimento de materiais de limpeza e higiene no escopo contratual e, por conseguinte, não se aplica qualquer sistemática de reembolso para esses itens.

3. EMPRESA (C):

3.1. **A revisão do orçamento estimado e da planilha de formação de preços, com a incorporação expressa e detalhada: • dos pisos salariais atualizados previstos na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 e em seu Termo Aditivo; • do enquadramento funcional considerado na modelagem da contratação; • de todos os benefícios convencionais obrigatórios, inclusive auxílio-alimentação, seguro de vida coletivo e demais encargos previstos na norma coletiva vigente.**

3.1.1. **RESPOSTA:** Cabe destacar que os valores salariais dos postos licitados encontram-se expressamente previstos e atualizados no item 16.12 do Termo de Referência. Quanto aos benefícios convencionais obrigatórios a exemplo de auxílio-alimentação, seguro de vida e demais rubricas, estes estão descritos no item 16.13.10.1 do Termo de Referência, no Sub-módulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários, devendo as empresas observar os parâmetros e a metodologia definidos no instrumento convocatório para elaboração de sua proposta.

3.2. **A apresentação e disponibilização da memória de cálculo completa do orçamento estimado, com demonstração das bases remuneratórias adotadas, fórmulas de cálculo, percentuais de encargos sociais, provisões trabalhistas, critérios de apuração do adicional noturno, reflexos da escala 12x36 e composição do custo unitário por posto.**

3.2.1. **RESPOSTA:** Informamos que o instrumento convocatório já disponibiliza as orientações e parâmetros necessários para a compreensão e o preenchimento da planilha de custos, incluindo a metodologia de cálculo, as bases remuneratórias, as fórmulas e bases de cálculo por módulo, os percentuais aplicáveis (encargos sociais e provisões), bem como os critérios de apuração de rubricas específicas, como adicional noturno e reflexos da escala 12x36 e a composição do custo por posto. Todas essas diretrizes e fundamentações encontram-se consolidadas no item 16.13.10.1 do Termo de Referência do Edital.

3.3. **A adequação da planilha de custos para assegurar a incidência correta dos encargos sociais sobre todas as verbas de natureza salarial, bem como o correto dimensionamento dos reflexos trabalhistas decorrentes da jornada 12x36 e dos feriados trabalhados.**

3.3.1. **RESPOSTA:** Considerando que o regime 12x36 está previsto no art. 59-A da CLT, e que o seu parágrafo único estabelece que a remuneração mensal abrange o descanso semanal remunerado e os feriados, os quais são considerados compensados na própria escala, não é devido o pagamento em dobro pelo simples fato de o plantão coincidir com feriado, ressalvadas hipóteses específicas como labor fora da escala (convocação na folga) ou extrapolação da jornada; ademais, o próprio TST (<https://www.tst.jus.br/cancelamento-de-sumulas-ojs-e-precedentes-normativos>) registra o descompasso da Súmula 444 em razão da disciplina legal superveniente, e a orientação técnica do Portal Compras (<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/impactos-da-reforma-trabalhista-nos-contratos-da-administracao/#p2>) converge no sentido de que, para fins de composição de custos em contratações públicas, a rubrica de feriados em dobro não deve ser automaticamente precificada quando o trabalho ocorre dentro da escala regular 12x36, ou seja, **após a Lei 13.467/2017, é indevido pagar feriado em dobro na 12x36** com base no art. 59-A. Por fim, registra-se que a metodologia e os parâmetros para composição e justificativa dos custos do objeto encontram-se previstos no item 16.13.10.1 do Termo de Referência do Edital.

3.4. **A inclusão de cláusula expressa no edital determinando a obrigatoriedade de observância da Convenção Coletiva de Trabalho vigente aplicável às categorias envolvidas, com vedação à utilização de parâmetros remuneratórios inferiores aos mínimos convencionais.**

3.4.1. **RESPOSTA:** Esclarece-se, inicialmente, que o instrumento convocatório já observa o marco normativo aplicável (Lei nº 14.133/2021, art. 135, §1º, Decreto Estadual 7.735/2016, art. 4º, e IN SEGES/MP nº 05/2017, art. 6º), no sentido de que a Administração não se vincula a disposições de acordos/convenções coletivas que não versem sobre matéria trabalhista. No que se refere à observância de pisos e parâmetros remuneratórios mínimos, o edital já é objetivo e vinculante, pois estabelece expressamente os parâmetros remuneratórios aplicáveis aos postos no item 16.12 do Termo de Referência, os quais devem ser observados na elaboração da proposta, não se admitindo a utilização de valores inferiores aos mínimos ali fixados.

3.5. **A apresentação de justificativa técnica formal e individualizada para a adoção do orçamento sigiloso, ou, subsidiariamente, a revisão dessa opção caso inexistente motivação idônea nos autos do processo administrativo.**

3.5.1. **RESPOSTA:** A opção pelo orçamento sigiloso encontra amparo no art. 24 da Lei nº 14.133/2021, sendo medida excepcional e motivada, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à formulação das propostas as quais já constam do Termo de Referência (vide item 11). O sigilo recai apenas sobre o valor estimado global, permanecendo franqueado aos órgãos de controle interno e externo, e tem como finalidade preservar a competitividade e evitar o efeito de ancoragem das propostas no valor de referência da Administração. Registra-se, ainda, que a motivação quanto ao momento de divulgação do orçamento observa o art. 18, XI, da Lei nº 14.133/2021, conforme consignado nos autos do planejamento, sem prejuízo das hipóteses legais em que a própria lei exige a publicidade do valor estimado.

4. EMPRESA (D):

4.1. **Trata-se de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, na forma do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 49/2026 (ComprasGov nº 90049/2026), conduzido pela SELIC/SEAD, no âmbito do Sistema Público de Comunicação – SECOM, com sessão designada para 25/02/2026, às 9h15 (Brasília). O instrumento convocatório, ao definir condições de participação, impõe vedação absoluta e apriorística à participação de cooperativas e, em especial, de cooperativa de trabalho, a despeito de o ordenamento jurídico vigente ter abandonado a lógica do banimento por rótulo e ter adotado, expressamente, a lógica do controle por requisitos verificáveis [...] Ocorre que o mesmo edital, em outros dispositivos estruturais, admite expressamente a figura cooperativa como potencial licitante, exigindo declarações próprias e prevendo enquadramento específico.**

4.1.1. **RESPOSTA:** Esclarece-se que **não há contradição** no instrumento convocatório quanto à participação de cooperativas. O Termo de Referência, no item 10.2.2, é expresso ao vedar a participação de cooperativa de trabalho para o objeto licitado, em consonância com o art. 5º da Lei nº 12.690/2012. O item 6.5 do Edital possui redação condicionada “quando permitida a participação”, limitando-se a estabelecer procedimento declaratório no sistema eletrônico apenas para hipóteses em que cooperativas sejam admitidas, o que não ocorre neste certame; registra-se, inclusive, que a impugnante citou o dispositivo de forma incompleta, suprimindo a condição que altera o sentido do texto. De igual modo, o item 27.17.2 foi mencionado de forma isolada, trata-se de regra de fiscalização da execução contratual, aplicável “desde que couber”, não sendo cláusula de habilitação/participação nem afastando a vedação expressa do TR. Assim, permanece hígida a regra do edital, não é permitida a participação de cooperativas neste Pregão Eletrônico SRP nº 49/2026, cujo objeto é a prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra (Agente de Portaria 12x36 e Vigia Noturno 12x36), inexistindo qualquer permissividade para cooperativas no presente caso.

4.2. **SENTENÇA JUDICIAL ANEXADA (ACP MPT x COOPERARQUET – IMPROCEDÊNCIA) – PREMISSAS E CONSEQUÊNCIAS ADMINISTRATIVAS PARA REPULSA PRESUNÇÃO GENÉRICA E SUSTENTAR BANIMENTO POR MÉTODO LEGAL (...)** Na ACP nº 0001013-34.2024.5.14.0404, após instrução, o Juízo julgou improcedentes os pedidos e fixou premissas diretamente relevantes à racionalidade administrativa: rejeitou a presunção genérica de subordinação por natureza de atividades e

declarou ser possível a criação e manutenção de cooperativa de trabalho em atividades como conservação e limpeza, auxiliar administrativo, motorista, garçom e copeiragem, afirmando, em essência, que não se presume subordinado o trabalho especializado e que não há óbice legal absoluto à atuação cooperativa, devendo-se afastar generalizações e analisar, por critérios e governança, eventual desvirtuamento.

4.2.1. **RESPOSTA:** A sentença anexada delimita que **não estava julgando contratos concretos**, mas uma discussão abstrata sobre se determinadas atividades “por natureza” exigiriam subordinação. E o próprio pedido do MPT na ACP (transcrito na sentença) reconhece a hipótese crítica a abstenção seria cabível “quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação”. No nosso caso, **não se trata de “natureza da atividade”**, mas do **modo de execução imposto pelo TR** (dedicação exclusiva + fiscalização com poder de substituição e disciplina do posto). Logo, a ACP não elimina o risco; ao contrário, reforça que, **havendo subordinação exigida pelo modelo**, a utilização de cooperativa é inadequada.

4.2.2. O Edital estruturou o objeto como terceirização contínua com dedicação exclusiva, com alocação de trabalhadores em postos sob gestão e fiscalização operacionais do tomador, inclusive com poder de substituição e controle de rotinas. Nessa modelagem, a participação de cooperativa de trabalho tenderia a demandar subordinação funcional do cooperado ao contratante, hipótese vedada pelo art. 5º da Lei nº 12.690/2012 (intermediação de mão de obra subordinada). Assim, a vedação decorre de incompatibilidade jurídica entre o regime cooperativo e o modo de execução exigido, e não de discriminação abstrata.

4.2.3. O **Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 7133/2025 – 1ª Câmara**, ao **apreciar representação da própria Cooperparquet**, assentou a legitimidade de **vedação de cooperativas em licitações de serviços terceirizados cujo modo de execução demande subordinação**, pessoalidade e habitualidade, com fundamento no art. 5º da Lei 12.690/2012, na Súmula 281/TCU e no Termo de Conciliação Judicial União–MPT.

1.6. Orientação: dar ciência à Fundação Universidade Federal do Acre (Ufac), com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre a **irregularidade na celebração do Contrato 40/2023, com a Cooperativa de Trabalho Tropical Parquet (Cooperparquet)**, uma vez que a **participação de cooperativas em licitações que envolvam terceirização de serviços com subordinação**, pessoalidade e habitualidade afronta os arts. 4º, inciso II, e 5º da Lei 12.690/2012, o Enunciado 281 da Súmula de Jurisprudência do TCU e o Termo de Conciliação Judicial entre a União e o Ministério Público do Trabalho, de 5/6/2003 - **ACÓRDÃO Nº 7133/2025 - TCU – 1ª Câmara**

4.2.4. Opina-se **Pelo Indeferimento integral da impugnação**, mantendo-se a vedação à participação de cooperativas/cooperativas de trabalho no Pregão Eletrônico SRP nº 49/2026, por incompatibilidade do modo de execução (dedicação exclusiva/postos de trabalho) com o regime da Lei nº 12.690/2012, em consonância com o entendimento do TCU (Acórdão 7133/2025 e Súmula 281).

5. EMPRESA (E):

5.1. A Administração poderia esclarecer se será necessário fazer a aplicação valor correspondente ao referido intervalo intrajornada para profissional do período diurno e para o profissional do período noturno, na Planilha de Composição de Custos? Caso a resposta seja positiva, a Administração pretende republicar a Planilha estimada do edital para adequá-la à realidade, garantindo a isonomia e a exequibilidade das propostas?

5.1.1. **RESPOSTA:** Vide item 16.13.10.1. do Termo de Referência do Edital, Sub-módulo 4.2 – Intra-jornada.

5.2. Os custos com os programas PCMSO, PPRA E CIPA, devem ser detalhados como item de custo na Planilha de Custos e Formação de Preços?

5.2.1. **RESPOSTA:** Vide item 16.13.10.1. do Termo de Referência do Edital, Sub-módulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários, Alínea "E".

5.3. Subiste a obrigatoriedade de as proponentes cotarem, de forma destacada em sua Planilha de Custos e Formação de Preços, o valor estipulado para Reserva de cargos prevista no art. 92, XVII da Lei 14.133/2021 ou deve tal encargo ser considerado custo indireto e operacional da empresa, em observância à natureza de gestão interna da referida obrigação?

5.3.1. **RESPOSTA:** Vide item 16.13.10.1. do Termo de Referência do Edital, Sub-módulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários, Alínea "F".

5.4. É obrigatória a cotação de R\$ 27,00 na Planilha de Custos para fins de julgamento de exequibilidade, mesmo para empresas que já possuam apólice de seguro de vida global para seus funcionários?

5.4.1. **RESPOSTA:** Vide item 16.13.10.1. do Termo de Referência do Edital, Sub-módulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários, Alínea "C".

5.5. Vale Transporte - Como a Administração orienta o preenchimento deste campo na Planilha, visto que não há como prever, quantos funcionários abrirão mão do benefício? Deve-se considerar a totalidade (100%) dos funcionários para fins de padronização das propostas e garantia da exequibilidade?

5.5.1. **RESPOSTA:** Vide itens 16.6 do TR do edital e 16.13.10.1. do Termo de Referência do Edital, Sub-módulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários, Alínea "A".

5.6. Em relação ao Auxílio-Alimentação, deve-se considerar para Composição de custos, o valor nominal integral ou o valor líquido, já deduzido o desconto de coparticipação previsto na CCT 2026 e nas diretrizes do PAT?

5.6.1. **RESPOSTA:** Vide item 16.13.10.1. do Termo de Referência do Edital, Sub-módulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários, Alínea "B".

Recomendações: Deve-se ser observado o instrumento convocatório para preenchimento da planilha de composição de custos.

Respondido por:

Rhuslaynne de Azevedo Alves

Chefe da Divisão de Contratos e Licitações

Portaria SECOM nº 77, de 01 de Setembro de 2025

2. DA DATA DE ABERTURA:

2.1. O Pregoeiro(a) da Divisão de Pregão - DIPREG, considerando que as respostas aos pedidos de esclarecimentos/impugnações não alteram a formulação das propostas, informa que a data da abertura da licitação fica mantida para o dia:

ABERTURA: 25/02/2026 às 9h15min (Horário de Brasília).

2.1.1. **As demais informações constantes do Edital e seus Anexos continuam inalteradas.**

Rio Branco - AC, 23 de fevereiro de 2026

Francisco Alves de Souza Neto
Pregoeiro(a) da Divisão de Pregão - DIPREG
Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC

Wilton Martins da Silva
Chefe da Divisão de Pregão - DIPREG
Portaria SEAD nº 262/2025



Documento assinado eletronicamente por **WILTON MARTINS DA SILVA, Cargo Comissionado**, em 23/02/2026, às 12:28, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019516574** e o código CRC **57978E7C**.